

**Secretaria do Comitê de Políticas Públicas Penais de Minas Gerais****Memória de Reunião****Nº 02 / 2025**

LOCAL:	Prédio Alterosas, Cidade Administrativa - Belo Horizonte/MG.
DATA/HORÁRIO:	11/06//2025 às 10h00.
OBJETIVO:	Segunda reunião do Colegiado do Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais com o intuito de dar andamento às tratativas relacionadas ao Plano Estadual Pena Justa.
PARTICIPANTES:	Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Superintendente do GMF/TJMG; Rogério Greco, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP; Solange de Borba Reimberg, Juíza Coordenadora do GMF/TJMG; Ana Luísa Silva Falcão, Chefe de Gabinete da SEJUSP; Laércio de Souza Rocha, Assessor-Chefe de Gabinete DEPEN; Ana Paula de Almeida Vieira Dolabella, Superintendente de Humanização do Atendimento SEJUSP; Flávia Cristina Silva Mendes, Superintendente de Prevenção Social à Criminalidade SEJUSP; Túlio de Souza Gonzaga, Superintendente Central de Planejamento e Orçamento SEPLAG/MG; Iara Castro Silva, Assessora de Gabinete da Secretaria-Geral do Estado de MG; Mariana Alves de Assis Ribeiro, Diretoria de Políticas de Proteção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/MG; Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy, Coordenadora-Adjunta do GMF/TJMG; Marco Antônio Feital Leite, Juiz integrante do COMJUR; Consuelo Silveira Neto, representante das Varas de Execuções Penais do Estado de Minas Gerais; Andréa Cristina de Miranda Costa, Juíza-Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça; Marcelo Schirmer Albuquerque, Promotor, Coordenador CAOCRIM; Cláudio Maia de Barros, Promotor, Coordenadoria do Tribunal do Júri MPMG; Pedro Henrique Fernandes Antunes, Defensor Público; Paulo Henrique Drummond Monteiro, Defensor Público; André Luiz da Silva,

Presidente da Comissão para Assuntos Penitenciários - OAB/MG; Deputada Bella Gonçalves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG; Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública - ALMG; Raquel Vasconcelos Alves de Lima, Juíza Coordenadora do GMF/TRF6; Marcelo Rodrigues Fioravante, Juiz Coordenador Executivo da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional - PAPE-SISPRI; Renata Lima Ferreira, Superintendência de Vigilância Epidemiológica; Amanda Rezende do Amaral, Analista Educacional; Lucas Theodoro Dias Vieira, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual - COPEN/MG; Valdênia Geralda de Carvalho, Conselho Estadual de Direitos Humanos - CONEDH; Fernando Gonzaga Jayme, Conselho Estadual de Direitos Humanos - CONEDH.

Apoio: Mireilli Carvalho Miranda, Assessora da Chefia de Gabinete do SEJUSP/MG; Josias Cândido Junior, Oficial de Justiça do GMF/TJMG; Eliane Aparecida Chaves, Oficial Judiciária do GMF/TJMG; Sabryna Saraiva Gomes, Assistente Executiva do GMF/TJMG; Bruna Rafaela Azevedo, Assistente Executiva do GMF/TJMG; Ariane Gontijo Lopes, Assistente Técnico do Programa Fazendo Justiça do CNJ; Katia Alves Sampaio, Coordenadora do NUGEPRO; Layza Gabrielle Silva Ferreira, Auxiliar de Projetos do NUGEPRO; Jenniffer Antunes, Auxiliar de Projetos do NUGEPRO e Márcia Lopes, Analista Executivo de Defesa Social da SEJUSP/MG;

Prezados(as) Senhores(as),

Para os devidos fins de registro e ciência, informamos que, no dia 11 de junho de 2025, realizou-se a **Segunda Reunião do Colegiado do Comitê de Políticas Penais**, de caráter interinstitucional, nas dependências da Cidade Administrativa, especificamente no Gabinete de Crise do Prédio Alterosas. A referida reunião teve como objetivo principal o avanço na elaboração do Plano Estadual Pena Justa.

A abertura dos trabalhos foi conduzida pela Coordenação do Comitê de Políticas Penais, representada pelo Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Supervisor Superintendente do Grupo de Monitoramento e

Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (GMF/TJMG), e pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, o Dr. Rogério Greco.

A pauta da reunião foi apresentada e incluiu os seguintes pontos: Aprovação do Regimento Interno; Matriz de Implementação de Minas Gerais; Método de trabalho das Câmaras Temáticas; Validação dos membros das Câmaras Temáticas; Participação Social por meio de Consulta Pública; Validação do Governador e pelo Presidente do TJMG; e definição das Próximas Ações.

Após a introdução, os representantes indicados pelo CONEDH se apresentaram e, em seguida, a minuta do Regimento Interno foi submetida à apreciação e votação. O Colegiado sugeriu alterações, que foram devidamente anotadas para retificação do documento pela Secretaria Executiva, e a minuta do Regimento Interno foi aprovada.

Na redação do Regimento, foi sugerida a correção do art. 7º; no Sumário, a inversão dos capítulos: IV: Da Suspensão e Exclusão de Membros e Capítulo V: Dos Direitos e Deveres dos Membros; sugeriu-se a Inclusão do Título: “Da Suspensão e Exclusão de Membros”, a partir do art. 18; no art. 8º foi sugerida a alteração do termo “compõe” para “compõe a estrutura orgânica” e o art. 13º, IV, sugestão de analisar e sistematizar os dados e informações quantitativas e qualitativas requisitados pela Coordenação-Geral às instituições com responsabilidade previstas no Plano Estadual ou Distrital, para subsidiar a elaboração dos Reportes semestrais, quando necessário. Todas as modificações foram realizadas.

Foi deliberado, ainda, pelo Colegiado, que o dia e horário das reuniões do Comitê de Políticas Penais será às **QUINTAS-FEIRAS, às 10:00h.**

No curso da reunião foi projetado um template de apresentação, no qual a Dra. Solange, ao lado de Ana Falcão, expuseram os trabalhos que já foram iniciados pela Secretaria Executiva, bem como os próximos passos que serão importantes para a contribuição da construção do Plano Pena Justa.

A Coordenação da Secretaria Executiva mostrou a estrutura da Matriz de Implementação, elaborada à luz do Plano Nacional, explicando o processo de construção voltado para o problema, que é a reversão do Estado Inconstitucional das Coisas. Esclareceu ainda que as metas presentes na Matriz não são passíveis de modificação, mas sim de cumprimento.

Discutiu-se sobre a importância de um trabalho horizontal e articulado, com foco nos eixos, para contribuir na construção do Plano Pena Justa. A Dra. Solange explicou e exemplificou cada um dos quatro eixos presentes na Matriz, buscando envolver o Colegiado de forma mais participativa.

Posteriormente, a Ana Luíza Falcão apresentou o Método de trabalho das Câmaras Temáticas, discorrendo sobre as Reuniões; os participantes, a Coordenação das Câmaras, Reuniões das Câmaras e o Produto, que é o compilado de sugestões.

As Câmaras Temáticas serão constituídas por membros do Comitê de Políticas Públicas (CPP) e por convidados, sendo organizadas em seis eixos temáticos distintos, cada qual com um ponto de apoio da Secretaria Executiva para auxílio nas futuras reuniões. Foi apresentada, na ocasião, proposta para a composição das referidas Câmaras, com as respectivas indicações de membros e convidados, a qual foi devidamente ratificada pelo colegiado.

A Câmara 1, Eixo I trata do controle da entrada e das vagas do Sistema Prisional e dispõe dos seguintes componentes : André Luiz da Silva Lima - OAB/MG; Andréa Cristina de Miranda Costa - CGJ/TJMG; Bárbara Santos Nardy - GMF/TJMG; Flávia Cristina Silva Mendes - SUPEC/SEJUSP; Marcelo Schirmer Albuquerque - MPMG; Mariângela Meyer Pires Faleiros - COMJUR/TJMG; Paulo Henrique Drummond Monteiro - DPMG; Claudia do Amaral Xavier - MPMG; Giovana Borges - SENAD; Izabella Lacerda Pimenta - Consultora CNJ; Paula Jardim - Fazendo Justiça CNJ; Prof. Dr. André Luiz Freitas Dias - UFMG. O ponto focal da Secretaria Executiva nesta Câmara é a Eliane Aparecida Chaves de Melo - GMF/TJMG.

Na Câmara 2, Eixo II temos a qualidade da Ambiência, dos Serviços Prestados e da Estrutura Prisional. Nesta Câmara a composição se beneficia das seguintes pessoas: Amanda Rezende do Amaral - Sec. de Educação; Ana Paula de Almeida Vieira Dolabella - DEPEN; Bella Gonçalves - ALMG; Sargento Rodrigues - ALMG; Túlio de Souza Gonzaga - SEPLAG; Valdênia Carvalho - CONEDH; André de Andrade Ranieri - SEJUSP/SULOT; Débora Dias do Carmo - SEINFRA; Evaldo Elias Penna Gavazza - TJMG; Jean Otoni - Sindppen-MG; Lucas Theodoro Dias Vieira - COPEN; Luiz Frederico Barreto Pascoal - LIGABOM; Marco Aurélio Matos da Costa - AESP; Mariana Alves de Assis Ribeiro, Diretoria de Políticas de Proteção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/MG. O ponto focal da Secretaria Executiva nesta Câmara é a Bruna Rafele Azevedo Gomes - GMF/TJMG.

A Câmara 3, Eixo III aborda os processos de Saída da Prisão e da Reintegração Social e possui os seguintes componentes: Amanda Rezende do Amaral - Sec. de Educação; Ana Paula de Almeida Vieira Dolabella - DEPEN; Ciro Cesar de Carvalho - SES/MG; Cláudio Maia de Barros - MPMG; Consuelo Silveira Neto - TJMG; Danielle Domingues Rodrigues - SEDESE; Flávia Cristina Silva Mendes - SEJUSP/SUPEC; Leonardo Bicalho - DPMG; Eneas Melo - Minas pela Paz; Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira - SEJUSP/SUPOD; Maurilio Leite Pedrosa - Minas pela Paz; Raphael Rocha Lafeté - Minas pela Paz; Roseane de Aguiar Lisboa - SENAPPEn e Valdeci Ferreira - FBAC. O ponto focal da Secretaria Executiva nesta Câmara é a Sabryna Saraiva Gomes - GMF/TJMG.

Já a Câmara 4, Eixo IV versa sobre as Políticas para Não Repetição do Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Prisional, seus componentes são: Amanda Rezende do Amaral - Sec. de Educação; André Luiz da Silva Lima - OAB/MG; Ciro César de Carvalho - Sec. de Saúde; Flávia Cristina Silva Mendes - SEJUSP/SUPEC; Leonardo Bicalho - DPMG; Marcelo Schirmer Albuquerque - MPMG; Valdênia Carvalho - CONEDH; Clever Alves Machado - SEDESE; Glaucinei Rodrigues Corrêa - UFMG; Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva - PUC/MG e Ronaldo Borges - TJMG/CIJMG. O ponto focal da Secretaria Executiva nesta Câmara é a Márcia Lopes - SEJUSP.

A Câmara 5, é a câmara orçamentária e é composta por: Iara Castro Silva - Secretaria Geral de Estado; Leonardo Badaró - DEPEN/SEJUSP; Leonardo Bicalho - DPMG; Marcelo Rodrigues Fioravante - TJMG; Sargento Rodrigues - ALMG; Túlio de Souza Gonzaga - SEPLAG; André de Albuquerque Garcia - SENAPPEN; André de Andrade Ranieri - SULT/SEJUSP; Cássia Moreira Freitas - Casa Civil; Guilherme Augusto Mendes do Valle - TJMG; João Vitor Rezende - TJMG e Renato Froes Alves Ferreira - MPMG. O ponto focal da Secretaria Executiva nesta Câmara é a Mireille Carvalho Miranda Marinho Cologna - SEJUSP. Nesta Câmara serão incluídos também representantes do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

E por último a Câmara 6, refere-se à Justiça Racial e os seus componentes são: Amanda Rezende do Amaral - Sec. de Educação; André Luiz da Silva Lima - OAB/MG; Bella Gonçalves - ALMG; Ciro Cesar de Carvalho - Sec. de Saúde; Danielle Domingues Rodrigues - SEDESE; Flávia Cristina Silva Mendes - SEJUSP/SUPEC; Paulo Henrique Drummond Monteiro - DPMG; Glaucinei Rodrigues Corrêa - UFMG; Lavínia Rosa Rodrigues - UEMG e o Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva - Puc/Minas. O ponto focal da Secretaria Executiva nesta Câmara é a Ariane Gontijo Lopes - CNJ/Programa Fazendo Justiça.

No que se refere à participação da sociedade civil, será realizada Consulta Pública referente ao Plano Estadual Pena Justa, em fase de elaboração, por meio da plataforma virtual disponibilizada pelo Poder Executivo Estadual. O prazo para o envio de sugestões pela sociedade civil será de 10 (dez) dias, compreendendo o período de 07 a 17 de julho de 2025.

A coordenação da Secretaria Executiva destacou a importância de ampliar os espaços de diálogo e discussão, mencionando a possibilidade de a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) promover outras áreas de interação dentro do âmbito da Consulta Pública, visando fortalecer o debate participativo, garantindo que diferentes setores e a sociedade civil possam contribuir de forma mais ampla e efetiva para a construção de políticas públicas mais inclusivas e transparentes.

A Deputada Bella Gonçalves sugeriu a realização de uma Audiência Pública para cada Câmara Temática, para discutir assuntos específicos de forma mais aprofundada.

Ao final dos trabalhos, foi informado também ao Colegiado que o Plano Estadual deverá ser assinado conjuntamente pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e pelo Governador do Estado e deverá



ser enviado ao Superior Tribunal Federal, que irá avaliar e homologar o documento com o suporte do DMF/CNJ e do Núcleo de Processos Estruturais e Complexos do Supremo. A expectativa é que a assinatura, assim como a solenidade de entrega, ocorram entre os dias 04 e 08 de agosto do ano corrente, que é o prazo final estipulado pelo STF.

Os pontos focais da Secretaria Executiva agendarão as reuniões das Câmaras Temáticas, oferecendo o apoio necessário e as reuniões deverão acontecer entre os dias 23 e 30 de junho; a Consulta Pública vai acontecer entre os dias 07 e 17/07, e as contribuições serão consolidadas; no dia 24/07/2025, às 10:00h será realizada a 3ª Reunião do Comitê de Políticas Penais, onde serão validadas todas as contribuições das Câmaras Temáticas, da Consulta Pública e da 1ª versão do Plano; e o Plano Estadual do Pena Justa será enviado ao STF até o dia 11/08/2025.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.